

## Considerações sobre o racismo no Brasil, a partir das representações acerca do negro, no imaginário das Escolas Públicas, na Grande Vitória/ES

## Consideración del racismo en Brasil, a partir de representaciones de negro, en la imaginación de las Escuelas Públicas en el Gran Vitória/ES

## Consideration of racism in Brazil, from representations of black, in the imagination of Public Schools in Greater Vitória/ES

Recebido em 05-12-2014

Aceito para publicação em 28-04-2015

Vinícius de Aguiar Caloti<sup>1</sup>  
Cleyde Rodrigues Amorim<sup>2</sup>

**Resumo:** O respectivo estudo analisa como as representações sociais acerca do negro, nas escolas públicas da Grande Vitória, influenciam no ordenamento das relações étnico-raciais quotidianas, dentro da instituição e conseqüentemente nas construções das identidades de estudantes negros, através de um estudo de caso realizado no Colégio Almirante Barroso em Goiabeiras, Vitória/ES. Assim, partimos de uma análise pautada na leitura indiciária e na hermenêutica de profundidade das formas simbólicas presentes no imaginário social escolar, constatando a influência das representações sociais "negativas" sobre a autoestima, as concepções de mundo e, conseqüentemente, as construções identitárias dos estudantes negros. Ensaio posteriormente reflexões sobre a constituição do racismo na sociedade brasileira, principalmente utilizando um

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Sociais e graduando em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória, Brasil. E-mail: [aguiar0caloti@gmail.com](mailto:aguiar0caloti@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Associada do Departamento de Educação Política e Sociedade (DEPS) do Centro de Educação (CE) da Ufes. Coordenadora do Núcleo de Estudos AfroBrasileiros (NEAB) da UFES. Vitória, Brasil. E-mail: [cleydea@yahoo.com](mailto:cleydea@yahoo.com)

*approach* teórico pautado na hermenêutica marxista de Badiou, na filosofia da diferença de Deleuze e Guattari, e na psicanálise freudolacanianana.

**Palavras-chave:** educação das relações étnico-raciais; filosofia da diferença; representações sociais; psicanálise.

**Resumen:** El estudio examina las representaciones respectivas cómo sociales de negro, en las escuelas públicas de la Gran Victoria, influir en el ordenamiento de las relaciones étnico-raciales cotidianas dentro de la institución y en consecuencia, las construcciones de las identidades de los estudiantes negros a través de un estudio de caso realizado en Colegio Almirante Barroso en Goiabeiras, Vitória / ES. Así que partimos de un análisis guiado en la lectura circunstancial y la profundidad de la hermenéutica de las formas simbólicas presentes en el imaginario social de la escuela, teniendo en cuenta la influencia de las representaciones sociales "negativo" sobre la autoestima, las visiones del mundo y por lo tanto las construcciones de identidad de los estudiantes negro. Ensayando reflexiones posteriores a la constitución del racismo en la sociedad brasileña, especialmente el uso de un enfoque teórico guiado por la hermenéutica marxista de Badiou, la filosofía de la diferencia de Deleuze y Guattari, y el psicoanálisis freudolacanianana.

**Palabras clave:** educación de las relaciones étnicas y raciales; filosofía de la diferencia; representaciones sociales; psicoanálisis.

**Abstract:** The respective study examines how social representations of black, in the public schools of the Great Victory, influence the ordering of everyday ethnic-racial relations within the institution and consequently the constructions of black students identities through a case study conducted in College Almirante Barroso in Goiabeiras, Vitória / ES. So we start from a guided analysis on circumstantial reading and depth of hermeneutics of symbolic forms present in the school social imaginary, noting the influence of social representations "negative" about self-esteem, the worldviews and hence the identity constructions of students black. Rehearsing later reflections on the constitution of racism in Brazilian society, especially using a theoretical approach guided by the Marxist hermeneutics of Badiou, philosophy of difference Deleuze and Guattari, and freudolacanianana psychoanalysis.

**Keywords:** Education of ethnic and race relations; philosophy of difference; social representations; psychoanalysis.

## 1. Introdução

O Brasil ratificou na órbita supranacional, declarações várias, comprometendo-se com a igualdade de direitos e a promoção da dignidade e bem estar das pessoas, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968) e, incluso, a Carta da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, produzida em Durban, África do Sul em 2001.

Desde há alguns anos, uma substantiva produção legiferante está sendo engendrada nas esferas federal, estadual e municipal. No campo da educação, ressaltamos a lei federal nº. 10.639/2003, que apresenta a constituição de uma nova visão acerca do negro brasileiro (inclusive alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, 1996) e, para sua implantação, em 2005, foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, do Ministério da Educação (MEC).

Ademais, para aplicar a supramencionada lei, o MEC fundou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), para promover a instituição de políticas públicas, com o intuito de mitigar as desigualdades sociais, através da efetiva inclusão dos sujeitos na escola. Desta forma, alguns estados construíram subsecretarias ou outros órgãos para deferirem as orientações e diretrizes desse Ministério. Tais dispositivos, acordes com a Constituição Federal brasileira (CF) de 1988, indiciam um anseio de produção de igualdade, dentro do ordenamento jurídico democrático de direito brasileiro. Entretanto, a inclusão e a isonomia factual não se realizam, apesar do aparato legal prescritivo.

As representações sociais sobre o negro, estereotipadas e eivadas de preconceitos, constituem uma das variáveis da (des)ordem das relações étnico-raciais na sociedade coeva. Estudos variados sobre a educação denotam que o racismo contra os discentes, classificados como negros, intervém no desempenho escolar, conforme exprimem variadas pesquisas realizadas por Angela Albernaz *et al*, da PUC-RJ, usando dados extraídos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) do MEC.

As pesquisas sinalizam a não inclusão de estudantes negros na Educação Básica. A má *performance*, muitas vezes, se conecta a um quadro psicopedagógico de baixa autoestima e até mesmo, “insuficiência imunológico psíquica”, influenciado por relações sociorraciais marcadas por preconceitos, discriminações, racismos, ou seja, um desordenamento nas relações étnico-raciais. Contudo, visualizamos transformações devires nas relações sociais, valores culturais, instituições econômicas, estruturas políticas, enfim “democratizações nas democracias” (Boaventura, 2002), postulando práticas de educação diferenciada para grupos específicos.

Segundo os dados da Secretaria de Estado da Educação (SEDU), há mais de 914 mil alunos matriculados no Espírito Santo. Aproximadamente 203 mil deles cursam o ensino médio regular e a modalidade de educação de jovens e adultos (EJA), sob a orientação de 21,4 mil professores<sup>3</sup>. Assim, este artigo analisa a influência das “representações sociais” (Moscovici, 2004) sobre o negro nas relações étnicorraciais, no âmbito das escolas públicas, da região metropolitana da Grande Vitória, partindo de um estudo de caso na EEEFM Almirante Barroso, a fim de refletir acerca do racismo na sociedade brasileira.

Elaboramos este trabalho em três etapas: na primeira, apontamos as potencialidades do uso da “hermenêutica de profundidade” (Thompson, 2011) e do “indiciarismo” (Coelho, 2007), na interpretação das “representações sociais” (Moscovici, 2004); já na segunda, analisamos os conteúdos dessas representações, mostrando como elas influenciam as relações étnico-raciais nas escolas públicas e as construções das identidades dos estudantes negros. Finalmente, na terceira etapa, havemo-nos dessas informações para refletir sobre o racismo na sociedade brasileira, partindo de uma abordagem orientada pelo paradigma da complexidade, a filosofia da diferença, a psicanálise freudolacaniana e a hermenêutica marxista contemporânea, na elaboração desse conhecimento.

---

<sup>3</sup> Dados da Secretaria de Estado da Educação. Disponível em: <<http://www.educacao.es.gov.br/>>. Acesso em: 01 de Novembro de 2011.

## 2. As possibilidades quanto ao uso da hermenêutica de profundidade e do indiciarismo na análise das representações sociais

Neste tópico apresentamos respectivamente dois métodos, a hermenêutica de profundidade e o indiciarismo, mostrando as suas potencialidades e as possibilidades de compô-los na constituição de um *approach* teórico, a fim de interpretar as relações e as formas simbólicas que atravessam as representações sociais.

As representações sociais são percepções, ideias, opiniões, imagens, valores, crenças, atitudes, princípios; com os quais significamos a realidade, fenômenos sociais e circunstâncias que originam as condições de existência individual e coletiva. Em suma, são formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas, possuindo orientação prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um determinado conjunto social.

Compreendemos igualmente, as representações sociais como um sistema cultural que, no contexto da definição de Geertz (1989), são “sistemas de símbolos que interagem ou padrões de significados que trabalham interativamente”. Segundo Amorim (2011), ao representarmos socialmente a realidade, somos influenciados pela cultura social em que vivemos, embora elaboremos ideias próprias e novas, a partir da nossa imaginação e de como refletimos sobre a nossa vivência e interação com os outros indivíduos. As representações constituem um conjunto de saberes sociais adquiridos pelo sujeito em sua vivência, mas reformulados e colocados em ação, através de sua prática cotidiana.

As representações sociais podem ser consideradas como o substrato dos preconceitos e estereótipos elaborados, incorporados e construídos no pensamento, a partir de esquemas inconscientes de percepção, avaliação e apreciação, mediante o aprendizado da linguagem, valores, concepções e crenças expressas pelas culturas nas quais convivemos, desde o nascimento. Introjamos o mundo, a partir de categorias mentais e conceitos classificatórios, quanto aos seres humanos, objetos, relações e fenômenos sociais, assim formulando e concebendo a realidade de uma maneira peculiar, através da construção de juízos de valor sobre todas as informações que depreendemos, levando-nos à formação de pré-juízos ou preconceitos que orientam as nossas ações.

Logo as representações sociais sobre o negro no coração das escolas, eivadas pelo estigma, ou seja, locupletas de estereótipos, preconceitos e discriminações, influenciam negativamente as relações sociais, afetando a autoestima, as cosmologias, as perspectivas de futuro e as construções das identidades dos estudantes negros. Assim propusemo-nos a uma análise qualitativa destas representações, centrados na hermenêutica de profundidade e no indiciarismo (Coelho, 2007).

A hermenêutica de profundidade evidencia o fato de que as representações sociais acerca do negro são construções simbólicas significativas que exigem uma interpretação, estando inseridas em contextos sociais e históricos de variados tipos, sendo estruturadas internamente de diversas maneiras. Logo o estudo das formas simbólicas é fundamental e inevitavelmente um problema de compreensão e interpretação, postulando um referencial teórico pautado na pluralidade e conciliação de métodos de análise.

O mundo sócio-histórico é tanto um campo-objeto que está ali para ser observado, quanto um campo-sujeito que é construído por sujeitos inseridos em tradições históricas e sociais que, no decurso de suas vidas, estão constantemente preocupados em compreender a si mesmos e aos outros, interpretando as ações, as falas e os acontecimentos que ocorrem ao seu redor, formando a *doxa*.

A constituição do negro no imaginário social brasileiro é um território pré-interpretado pelos sujeitos que constroem o campo-objeto do qual as formas simbólicas são parte. O papel do analista social é fornecer uma interpretação da *doxa*, ou seja, uma hermenêutica da vida cotidiana superando-a, a fim de considerar outros aspectos das formas simbólicas, que brotam da constituição do campo-objeto. Assim, a hermenêutica de profundidade é um referencial teórico-metodológico amplo que compreende três procedimentos principais: a análise sócio-histórica, a análise formal ou discursiva e a (re)interpretação. Essas fases devem ser vistas como dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo.

Comprendemos que as formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas em condições sociais e históricas específicas, postulando que a análise sócio-histórica reconstrua as condições peculiares de produção, circulação e recepção dessas construções simbólicas.

Assim, podemos subdividir tal análise, considerando quatro aspectos dos contextos sociais: as situações espaço-temporais, os campos de interação, as instituições sociais e a estrutura social.

Alguns suprimimos que os objetos e as expressões que circulam nos campos sociais são também produções simbólicas complexas, apresentando uma estrutura articulada e postulando uma fase de análise, que pode ser descrita como análise formal ou discursiva interessando-se *a priori* pela organização interna das formas simbólicas com suas características estruturais, padrões e relações. Existem várias maneiras de se conduzir a essa análise. Assim, optamos pela análise argumentativa dos discursos sobre o negro cujo objetivo é reconstruir e tornar explícitos os padrões de inferência que o caracterizam. A fim de realizar tal análise são produzidos vários métodos que possibilitam romper o corpo do discurso em conjuntos de afirmativas ou asserções, organizadas ao redor de certos temas (tópicos) e então mapear as relações entre estas afirmativas e tópicos em termos de determinados operadores (quase)lógicos (implicação, contradição, pressupostos, exclusão, entre outros).

A (re)interpretação é a última fase do enfoque desta abordagem hermenêutica. Aludimos alhures que as formas simbólicas ou discursivas possuem um “aspecto referencial”, significante que procuramos compreender no processo de interpretação que supera as análises sócio-histórica e formal discursiva, excedendo a contextualização das formas simbólicas tratadas como produtos socialmente situados e o fechamento delas como construções que apresentam uma estrutura articulada. Assim, o caráter transcendente das formas simbólicas deve ser compreendido pelo processo de interpretação, mediado pelos métodos do enfoque da hermenêutica de profundidade que é simultaneamente um processo de reinterpretação dessas representações, onde reinterpretemos um campo pré-interpretado, projetando um significado possível que pode divergir do significado construído pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico (Thompson, 2011).

Nesse estudo, ainda utilizamos os princípios do indiciário enquanto subsídio para decifrar as representações sociais acerca do negro, no âmbito da escola e na análise das categorias dos discursos e tabulações dos dados, contidos nos questionários aplicados na instituição, a

fim de transformá-los em informações que signifiquem o objeto outrora recortado e focalizado.

Dentre os parâmetros fundamentais do indiciarismo, apontamos a inferência das causas a partir dos efeitos, a não hierarquização das fontes, a construção dos procedimentos de investigação durante a pesquisa, a análise detetivesca, a microanálise ou análise microscópica, o caráter subjetivo e indireto do conhecimento, o estudo das especificidades do objeto, o exercício da conjectura na análise, o pluralismo teórico e metodológico, a conciliação entre razão e sensibilidade; e o estudo intensivo, minucioso e exaustivo do material coletado (Coelho, 2007).

A partir dos parâmetros teóricos e metodológicos do indiciarismo, procuramos nos atentar aos detalhes quando incursionamos ao campo, coletando vestígios, indícios e sinais reveladores da construção social do negro no imaginário escolar, conciliando a razão e a sensibilidade na investigação social, remontando a trama das relações sociais e construindo uma narrativa minuciosa, sensível, racional e interpretativa das relações étnicorraciais.

Perante as possibilidades de análise dos conteúdos das representações sociais, através da hermenêutica de profundidade, do indiciarismo e da psicanálise, compusemos uma matriz teórica e metodológica, a fim de interpretar na próxima seção deste trabalho, as formas simbólicas que perpassam essas representações, atravessando o imaginário social escolar.

### **3. Analisando as representações sociais sobre o negro no ambiente da escola pública**

A pesquisa foi realizada no colégio Almirante Barroso, situado no bairro de Goiabeiras, na semiperiferia de Vitória/ES. Instituição que abarca estudantes das camadas populares e da classe média baixa, procedentes das cidades ou periferias *ubicadas* na região circunvizinha à capital, perquirindo o acesso a um ensino mais substantivo e (ou) a inserção num equipamento público escolar próximo aos seus locais de trabalho, favorecendo a sua mobilidade urbana.



Durante um ano realizamos uma pesquisa etnográfica com “observação participante” na instituição, verificando que as observações de campo, as preleções, as entrevistas informais, as aplicações de questionários e as anotações nos cadernos adotados para registrar as interpretações das ações sociais, discursos e representações notadamente sobre o negro, apresentam um nexo de continuidade no interior institucional, conforme apercebemos. Desse modo, infracitamos alguns dados acerca das representações sobre o negro no núcleo da escola, onde os percentuais apresentados resultam da tabulação dos dados e da produção de informações, a partir dos questionários semiestruturados aplicados, convergindo com as coletas e transcrições das entrevistas informais e as observações dialógicas dentro da instituição.

Inicialmente apresentamos as autodeclarações de “raça (cor)” nos questionários, livres e estimuladas na formatação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cotejando com os dados das observações realizadas. Tanto nos questionários aplicados, quanto nas entrevistas informais e nas análises dos discursos, dentro das salas de aulas e observações nos pátios, notamos poucas autoafirmações de estudantes negros. Consoante à tabela 1 abaixo e atinando-se aos questionários, 58,63% dos estudantes foram identificados enquanto pretos, porém, apenas 13,79% assim se autodesignaram nas perguntas estimuladas, dentro da especificação IBGE e menos ainda, 10,35% nas autodeclarações livres.

**TABELA 1 – RAÇA (COR) POR AUTODECLARAÇÃO LIVRE, ESTIMULADA (IBGE) E SEGUNDO OBSERVAÇÃO NA PESQUISA**

Raça (cor)	Autodeclaração (livre)	Autodeclaração (IBGE)	Observação (IBGE)
Amarela	3,45%	6,90%	0,00%
Branca	17,24%	13,79%	13,79%
Indígena	17,24%	17,24%	13,79%
"Morena"	13,79%	NA	NA

Preto	10,35%	13,79%	58,63%
Pardo	34,48%	48,28%	13,79%
NR	3,45%	0,00%	0,00%

---

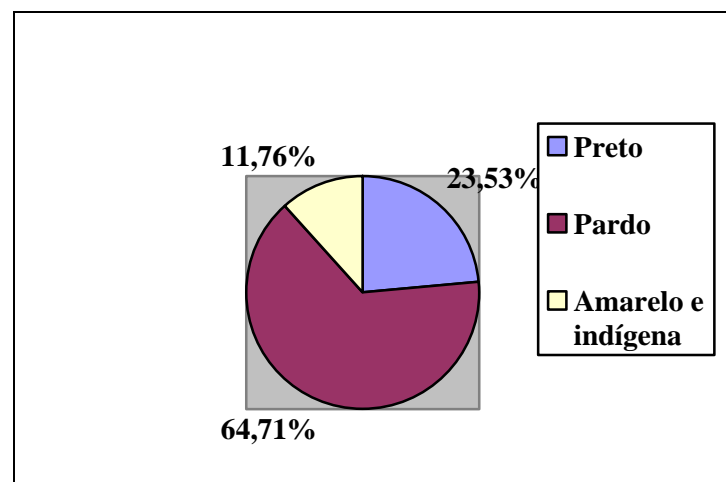
**Fonte:** Elaboração própria.

Nas autodeclarações não estimuladas de “raça (cor)”, notamos que diversos estudantes pretos e pardos se definiram enquanto “morenos” e suas variantes (moreno claro, moreno escuro, *et al*), fazendo-nos refletir sobre a imprecisão com que o brasileiro tipo ideal weberiano pensa e sente a sua racialidade. No jogo dos códigos da cor e do *status* social, a categoria com a qual as pessoas indicam a própria cor demonstra também uma posição sociocultural peculiar. Assim, Silva (1994) afirma que o fato mais conspícuo no cálculo racial brasileiro não seria a multiplicidade de termos raciais, mas a indeterminação, a subjetividade e a dependência contextual de aplicação. A vantagem quanto ao uso da noção de moreno estaria em sua ambiguidade e extensão, designando um branco com cabelo escuro, um mestiço, um negro muito escuro, uma pessoa muito escura e negróide, dependendo da situação (Sansone, 1996).

Bordejando as informações tabuladas, se acrescentamos o quinhão da categoria “pardo” ao “preto”, temos 72,42% de indivíduos classificados enquanto negros que, adicionados aos 13,79% de origem indígena nos fornece uma soma de 86,21% de pessoas categorizadas como “minorias sociológicas”. Dos 58,63% de estudantes pretos questionados observados, 23,53% deles apenas se autoafirmaram “pretos”, 64,71% “pardos”, 11,76% “indígenas” e “amarelos”; já quanto aos pardos observados, 50% deles se afirmaram brancos. Levando-nos a refletir e conjecturar sobre o desconhecimento quanto aos marcadores sociais que apresentam as negritudes e a mais-valia simbólica da matriz branca em relação à matriz negra (Hasenbalg, 2005), também indiciando haver representações negativas sobre o negro que atravessam o imaginário social dos estudantes, introjetadas numa sociedade

hierarquizada e estratificada em classes sociais, onde o racismo é um “fato social” durkheimiano, apresentando-se da mesma forma institucionalizado.

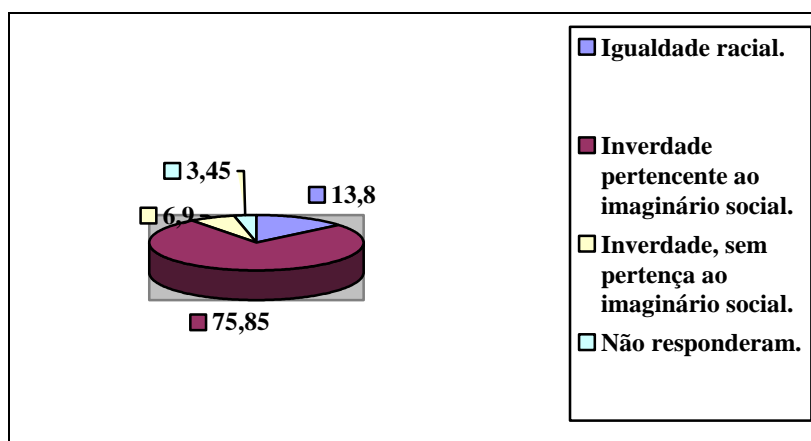
**Figura 1 - Autodeclaração dos estudantes classificados pretos (IBGE)**



**Fonte:** Elaboração própria.

Segundo os discentes indagados, 62,07% deles acreditam que o preconceito racial no Brasil exista abertamente e 58,62% abonam que tal preconceito seja discutido, apesar de 82,76% não conhecerem nenhuma reivindicação do movimento negro (dos supostos 17,24% conhecedores, 40% apenas têm ciência do “dia da consciência negra”, enquanto vindícia). Quando questionados acerca da premissa estruturada de que “haveria igualdade de oportunidades para negros e brancos na sociedade brasileira”, categorizamos então as respostas como: 13,8% afirmaram sobre a existência de igualdade racial no Brasil; 75,85% replicaram que tal premissa pertence ao imaginário social brasileiro, todavia sendo inverossímil; 6,9% disseram que a mesma é inveraz, logo não pertencendo às representações coletivas; e 3,45% não responderam.

Figura 2 – Representações sociais dos estudantes sobre o preconceito racial no Brasil.



Fonte: Elaboração própria.

Quanto às políticas de ações afirmativas, inquirimos aos estudantes em relação às suas posições, acerca do sistema de cotas sociais e raciais adotado no concurso de vestibular da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), defrontando-nos com a necessidade de lhes dar ciência e explicar, sobre tais políticas para os alunos oriundos das escolas públicas, uma vez que a maioria dos entrevistados e indagados, pouco ou nada sabia sobre esta questão.

Assim, obtivemos 89,66% de respostas propícias às cotas sociais, porém somente 65,52% àquelas raciais. A maioria das pessoas é favorável às cotas para estudantes de escolas públicas, justificando e argumentando em prol da necessidade da produção de igualdade e justiça social, inclusive afirmando estarem em descompasso em relação aos seus homônimos concorrentes, advindos das escolas privadas. Abaixo, apresentamos alguns dos discursos dos estudantes acessados.

"Porque alunos de escolas particulares têm mais condições, para entrar em uma faculdade" (JCS, 18 anos). "Por que eles têm que ter direitos aos estudos e de ter uma boa educação, para ser alguém na vida" (ISB, 16 anos). "Porque muitas pessoas que estudavam em escola particular têm mais condição financeira, enquanto os estudantes de escola pública não" (LDC, 15 anos). "Porque o ensino de escola pública acaba não sendo exigente como o de escola particular" (AMM, 16 anos). "Porque alunos de escolas particulares têm mais condições, para entrar em uma universidade" (MPS, 16 anos). "Porque o ensino público não é tão bom quanto

o privado, os interesses dos alunos não são iguais, isso prejudica os estudantes de Escola Pública" (NOC, 16 anos). "Pois quem estuda em escola particular tem muito mais chance de passar. Mas mesmo assim eles julgam dizendo que os cotistas atrapalham" (JAS, 18 anos). "Porque os estudantes teriam que ter mais chances de estudos" (MLS, 17 anos).

Na citação abaixo, indiciariamente selecionamos alguns discursos de estudantes abordados que são favoráveis às cotas sociais, porém contrários às cotas raciais. Se eles percebem tal política de cotas sociais como uma ação de promoção à igualdade e justiça social, todavia divisam as políticas de cotas raciais para pretos e pardos como atentado ao mérito, “preconceito” e “beneficiação”, nos dizeres dos mesmos:

"O fato da sua cor não muda nada, pois não te impede de entrar em uma faculdade" (JCS, 18 anos). NR<sup>4</sup> (ISB, 16 anos). "Porque não devemos separar as pessoas negras, dos demais estudantes. Não é porque são negros que tem que está separado" (LDC, 15 anos). "Sou contra porque se somos todos iguais, não deveria ter essa 'beneficiação', acaba criando uma distinção entre os próprios estudantes" (AMM, 16 anos). "O fato da sua cor, não impede de entrar em uma universidade, se a pessoa é inteligente" (MPS, 16 anos). "Todos são iguais perante a lei, então todos são iguais perante o governo também" (NOC, 16 anos). "Não deveria ter cotas raciais, pois é a mesma coisa que preconceito. Deveria ter um limite para ambos, independente da cor" (JAS, 18 anos). "Por que não é pra existir preconceito" (MLS, 17 anos).

As alegações sobre as políticas de cotas raciais da UFES considerando-as como atos de “preconceito”, “beneficiação”, *et cetera*, dos negros (contra os brancos, porque supostamente “os negros seriam racistas”)<sup>5</sup>, lembram-nos da nomenclatura cunhada por Guerreiro Ramos (1957) nos estudos das representações sobre o negro, “patologia social do branco”, caracterizando um fenômeno sociológico, onde indivíduos brancos imputam aos

---

<sup>4</sup> NR: não respondeu.

<sup>5</sup> Se tomados nos corpos discursivos, os fragmentos dos discursos acima se ligam a expressões, acusando os negros de preconceito, discriminação e racismo. Inclusive às políticas sociais afirmativas de serem preconceituosas, favorecendo injustamente o negro e promoverem o racismo.

próprios negros vítimas de racismo, a pecha de algozes (tipificando um crime perfeito). Não obstante, percebemos através desta pesquisa que tais representações são muitas vezes (re)produzidas e veiculadas por alunos negros, fato que atribuímos à introjeção pela (in)consciência coletiva<sup>6</sup> de um racismo latente na sociedade brasileira, mediante o desenvolvimento das relações e interações sociais, no processo de produção das existências individual e social cotidianas.

Retornando à discussão sobre as cotas, interpretamos o desnível entre as opiniões favoráveis às cotas sociais e aquelas propícias às cotas raciais, como indícios da influência de valores sócio culturais meritocráticos, que atravessam a nossa sociedade espetacular debordiana concorrencial, operando dentro do *logos* do capitalismo hipertardio; ademais de uma vacatura no currículo da educação básica, quanto à formação social, política, econômica e cultural brasileiras, dificultando a compreensão de uma história social promotora de exclusões e racismos, implicando na ausência do reconhecimento da matriz negra e de seu contributo à sociedade brasileira; outrossim, denotando vestígios de uma construção social do negro demarcada por estereótipos e preconceitos, no imaginário social e nas representações destes estudantes<sup>7</sup>.

Indagando ainda aos discentes, se eles já sofreram algum preconceito racial e (ou) presenciaram alguma atitude racista na esfera da escola, 65,52% deles anuíram afirmativamente, provindos dos próprios Professores e (ou) do grupo de colegas, alguns

---

<sup>6</sup> Usamos a expressão “(in)consciência coletiva” no corpo do texto, aludindo aos processos psicossociais que perpassam tanto à consciência, quanto à inconsciência coletivas. Teimamos não somente em tipificar os casos de racismos mascarados, mas em precitar sobre a existência do racismo, enquanto afeto (e sentimento) nas subjetividades sociais. Este, pressupomos ainda mais deletério às negritudes e, por conseguinte, à sociedade brasileira. Conjecturamos ser esta variável também, um grande empecilho às políticas sociais afirmativas, assim como o racismo dissimulado.

<sup>7</sup> Na constituição da história social, política e econômica da escravidão no Brasil, ocorreu um processo de aviltamento da subjetividade negra (e, por conseguinte, da sua corporalidade e simbolicidade), conjunto ao desenvolvimento do modo de produção (material) escravista colonial, depois integrando à ordem “liberal imperial” (à brasileira), muito similar àquilo que os estudos de campo, na confluência principalmente da Antropologia Econômica com a Histórica, realizados por Meillassoux (1995) descreveria acerca da África, como uma produção social e arquitetura simbólica sobre o negro que perpassa a sua dessimbolização, dessocialização, despersonalização, decivilização e dessexualização. Já Batista (2002), em seus estudos na área de criminologia crítica correlacionando a influência das representações sociais das classes senhoriais sobre as camadas subalternas, na construção das espacialidades urbanas, afirma que os negros portavam uma “subcidadania” quanto ao direito penal, no apenamento de supostos crimes, todavia sendo desconsiderados como pessoas (reificados), na totalidade do direito brasileiro, no final do Brasil Império e no início da Primeira República.

incluso relatando haver experimentado o racismo sob a forma de *bullying*<sup>8</sup>. Outra questão abordada foi quanto à existência de diferenças no tratamento ministrado a estudantes brancos e negros no ambiente escolar, onde 44,83% redarguíram positivamente, 44,83% contestaram negativamente e 10,34% informaram não observar diferenças no tratamento nesta escola, porém atestando-as noutras pelas quais passaram. Já quanto à experienciarem algum preconceito racial na vida quotidiana, seja na própria infância, dentro da instituição familiar, escola, comunidade e *locus* de trabalho; 79,31% declararam haver sofrido e (ou) presenciado tais situações.

“Uma professora chamou um aluno de pretinho da macumba, por ele estar em pé conversando” (JJM, 16 anos). “Um aluno sofreu preconceito, todos riram dele e ele saiu chorando” (NOC, 16 anos). “Quando eu e minha mãe entramos em uma loja, um pouco mais cara e ninguém veio nos atender” (GSSS, 15 anos). “Ouço pessoas trocando palavras ofensivas o tempo todo, por exemplo, macaco, preto e etc.” (AMM, 16 anos). “Professores por causa de minha cor não me dão tanta atenção, como ao restante da turma e também apelidos maldosos” (JOS, 16 anos). “Ao entrar em uma determinada empresa minha amiga sofreu esse tipo de preconceito só pela sua cor” (BTS, 16 anos). “Falavam coisas absurdas sobre os negros, tipo piadinhas sem graça” (TVS, 16 anos). “Trabalho, o menino era uma cor negra, ficavam zuando ele aí ele não gostou e acabou saindo da escola por causa disso” (CGF, 15 anos).

Interpretando as narrativas das experiências de preconceitos, discriminações e racismos presentes na ordem dos discursos dos estudantes supramencionados, percebemos que as experiências de violências simbólicas que atravessam as suas vidas sociais também se manifestam através das piadas e apelidos maldosos (inclusive mediante palavrões, configurando injúria racial no ordenamento jurídico vigente) envolvendo a questão racial, (re)estruturando as relações sociais.

---

<sup>8</sup> Apenas através da audição do acontecimento nos certificamos de que se tratava de um caso de racismo. A estudante em questão, DPBA de 16 anos nos relatou o fato, sob a forma de *bullying* (representação individual da jovem), sem refletir sobre a questão racial envolta no problema. Acreditamos que uma das variáveis prementes nesta interpretação seja o trabalho realizado pelo corpo docente-pedagógico elaborando esta temática nalgumas disciplinas escolares intersetoriais.

Segundo Freud (1996), o dito jocoso ou chiste apresenta uma relação com o inconsciente psíquico, conectando-se à satisfação dos desejos recalçados e podendo ser analisado tal como um processo de manifestação dos sonhos (onírica), revelando indícios de agressividade, demonstrações de desprezo e até mesmo de desejos sexuais reprimidos. Já quanto ao apelido maldoso, há que se sobressaltar a sua capacidade de dessimbolar, despotencializar, despersonalizar, (des)significar e violentar as alteridades, influenciando na produção dos quadros de estudantes com baixa autoestima e até mesmo de psicopatologia individual e social, podendo ser associado a um processo de “insuficiência imunológico psíquica”.

As representações sobre a palavra “macumba” no âmago da Escola são pejorativas para 93,1% dos entrevistados, muitas vezes associadas ao *desespero*, à *coisa do demônio*, aos *afrodescendentes*, a algo *ruim* ou *horrível*; resultados oriundos de pessoas independentes das igrejas cristãs as quais frequentavam (curiosamente apenas 37,93% dos abordados, declararam-se vinculados às denominações cristãs e protestantes). Ainda utilizando as associações livres, a fim de categorizar os discursos, notamos demasiadas conexões entre as categorias “branco” com as palavras e (ou) expressões: *rico, nem todos são racistas, são mais uma diferença*; “negro” com: *pobre, classe D, tenho orgulho de ser parda (morena)*<sup>9</sup>, *trabalhadores, gente, ancestrais, como todos*; “cor dos olhos” com: *azuis, verdes, castanhos*; “cor dos cabelos” com: *liso, bom, status social, cacheado, loiros*; e “cor da pele” com: *branca, morena*.

Analisando o discurso dos estudantes no âmbito escolar, através da observação dos diálogos nas salas de aulas, pátios institucionais, entrevistas informais e responsivas dos questionários semiestruturados, percebemos uma predileção pelos marcadores sociais (e raciais) associados à matriz branca, entrevedo nas representações “preconceitos de marca” (Nogueira, 1985), uma hierarquização e estratificação dos “supostos gostos” e caracteres, configurando a existência de uma mais-valia simbólica da matriz branca em relação àquela negra (Hasenbalg, 2005).

---

<sup>9</sup> Afirmação de uma estudante preta em nossa abordagem.



A propósito, tal desequilíbrio quanto à repartição dos bens simbólicos (expropriados pela matriz branca) nos revela igualmente *sýmptom*as sobre a existência de outras mais-valias nas esferas econômica, social, cultural, erótica, psicoafetiva, *et al.* Salientamos bem assim haver entre as palavras e as expressões copiosamente mencionadas, representações sociais estremadas por essencialismos e negatividades sobre o negro, (re)produzindo um “lugar social de confinamento” (Carvalho, 2006) ou “lugar do negro” (Gonzalez e Hasenbalg, 1982) e divisando a negritude entre zonas ou “áreas moles” e “duras” (Sansone, 1996), ou seja, construindo simbolicamente e circunscrevendo socialmente o negro a determinadas espacialidades, ocupações, camadas sociais e papéis sóciosexuais delimitados.

Destacamos da mesma forma que as aplicações de questionários expuseram um autodesempenho estudantil insatisfatório para 62,07% dos estudantes, sendo 76,47% deles negros e 17,65% de origem indígena. Percentual corroborado através das observações em salas de aulas e entrevistas informais, no período em que foi realizada essa investigação. Para nós estes dados indiciam também a ponderação de uma “razão sensível” (Mafesoli, 1998) e a importância das componentes “raça”, “classe social”, “gênero” e “psicoafetiva”, na leitura e interpretação de informações que tangem ao autodesempenho insatisfatório discente, sendo uma “questão complexa”, portanto multifrontal, variada e plurívoca; estando (in)direta e implicitamente relacionada à autoestima, sentimentos, concepções de mundo (cosmologias), perspectivas de vida e, conseqüentemente às construções identitárias.

A leitura desses dados também pode revelar sinais de um sofrimento psíquico (*pathos*) vivenciado por vários estudantes na dimensão dos afetos (e sentimentos), segundo os estudos sobre a psicopatologia fundamental freud-lacanianiana e conseqüentemente, uma “insuficiência imunológico psíquica”. *A priori* sendo um epifenômeno da questão social (associado à relação entre o capital e trabalho, portanto à esfera da reprodução da vida material), uma vez que as inserções destes estudantes nas estruturas familiares e comunitárias não foram investigadas nesta pesquisa.

#### 4. Ensaçando algumas reflexões sobre o racismo na sociedade brasileira, a partir da Hermenêutica Marxista, da Filosofia da Diferença e da Psicanálise.

Nalguma parte deste texto enlaçamos os casos de preconceito e discriminação racial nas escolas públicas ao sofrimento psíquico e, conseqüentemente, aos prejuízos à autoestima, à resistência psíquica, ao desempenho escolar e às identidades negras. Logo, associamos as representações sobre o negro no imaginário escolar à construção do racismo na sociedade brasileira, como um fato social (instituição) internalizado pelas (in)consciências coletivas, implicando numa figuração sobre o tema (problema), refletindo-se sobre a constituição dos saberes-verdades, a partir das disciplinas enfocadas nos “campos acadêmicos” da História, Antropologia, Sociologia, Biologia, Pedagogia, Medicina, etc.

Da mesma forma há que se ressaltar que o racismo na sociedade brasileira é identicamente uma “questão complexa”, demandando uma interpretação intersetorial (transsetorial e dialética), conectando as questões de “raça”, “classe social”, “gênero”, “orientação sexual”, ademais de uma leitura inter, trans e metadisciplinar variada, postulando inclusive, uma abordagem considerando a “lógica do desejo” (Lacan, 1956-57) na perspectiva dos afetos.

Os afetos humanos podem ser compreendidos como sentimentos que provocam transtornos ou prazeres subjetivos (in)conscientes. Assim o afeto é, portanto, político, conformando as nossas ações muito mais que o pensamento. Concebemos, a partir de Lacan, que o registro do simbólico no inconsciente se estrutura como uma linguagem, associando-se a um “tesouro de significantes” que sabemos tratar-se de uma linguagem pulsional, influenciando os afetos, os sentimentos, os comportamentos e as ações sociais.

Tal perspectiva se relaciona a uma microanálise da política, ou seja, a uma acepção política dos afetos, permitindo-nos uma extensão do discurso da Psicanálise, para uma reflexão sobre outros campos do saber. O que nos possibilita novos avanços no campo de estudos inter e transdisciplinares, formulando interpretações complexas dos fenômenos sociais, através da constituição de matrizes teóricas e epistemológicas (*approachs*), conectando a Psicanálise à Teoria Política, Ciências Sociais, História, Filosofia, *et al.* Tencionando reflexões acerca do racismo também numa dimensão psicoafetiva, em simbiose com outros demais campos das ciências.

Considerando o âmbito psicoafetivo, imaginamos o comportamento psíquico não apenas como um simples reflexo passivo de conflito, mas um modo ativo de resolvê-lo, embora mistificado. As ideologias seriam estratégias habilidosas para a contenção, administração e resolução imaginária das contradições sociais, ao contrário de subprodutos inertes. A realidade assim como a verdade, nunca é por definição toda. De imediato nos deparamos com um paradoxo estrutural-dialético de um efeito, ou seja, uma aparição espectral e fantasmagórica, apenas existindo para apagar as causas de sua existência. Nesse sentido, o indício pode ser lido como sintoma, seguindo a noção de repetição no pensamento freudiano (Rodrigues, 2009).

Assim, afastamo-nos de Ginzburg para concitar um diálogo entre indício e excesso, compreendendo o indício como excesso, escopo de um “indiciarismo de base psicanalítica”, proposto por Cerqueira Filho (2005). O indício aí é tomado como um sintoma, portanto, escorregadio, deslizante. Tal perspectiva nos leva necessariamente aos domínios moleculares da sensibilidade, da inteligência emocional e do desejo. A questão do racismo está atravessada por emoções (contradições, ambivalências) que nos afetam na discussão do político e da ideologia. Dessa forma, cogitamos também pensar a componente do afeto (e do sentimento) na construção do racismo em nossa sociedade.

Quando historicizamos o racismo na sociedade brasileira contemporânea, verificamos que este exsurge no Brasil colonial e atravessa os Brasis imperial e republicano, podendo ser, outrossim, interpretado pela via do “autoritarismo afetivo” (Cerqueira Filho, 2005) vinculado aos sentimentos inconscientes que nos afetam de forma indelével, possibilitando-nos analisar as implicações político-afetivas dessas condicionantes nas relações sociais, incluindo os efeitos políticos presentes e constitutivos, na estrutura psíquica dos brasileiros relacionados ao racismo.

Desse modo, o racismo no Brasil se origina no período colonial, vincula-se à dimensão dos afetos, combinando-se à ideologia dos grupos dominantes e, conseqüentemente, à ideologia da sociedade, reconfigurando-se depois em formas sociais posteriores, ou seja, perambulando os períodos imperial e republicano, até chegar aos dias atuais. Assim o racismo contemporâneo reeditou-se (e reedita-se) salvaguardando uma permanência de longa duração, conectando-se a fantasias absolutistas de poder tomista, quiçá até

inscrevendo-se nos registros “real-simbólico-imaginário” (R-S-I), segundo Lacan, inclusive numa perspectiva retomada por Badiou (2012), *a posteriori* também encontrada numa (re)leitura, apresentada na obra de Slavoj Žižek.

Numa perspectiva lacaniana, o registro do real está associado às pulsões insatisfeitas (parcialidade), “ao impossível de ser simbolizado” (Jorge, 2011), logo ao não-senso radical. Para ele, a pulsão se define pela perene referência ao real (não-senso), sendo da ordem do significante. Ela é também o veículo pelo qual a sexualidade participa da vida psíquica, “constituindo um eco no corpo do fato de que há um dizer” (Jorge, 2011). Essas informações também nos levam a pensar acerca de um caráter político do corpo vibrátil, apresentando-se inscrito numa realidade histórica, num domínio socioeconômico e político, assinado por relações de força e sujeito às consequências de uma multiplicidade de discursos e poderes instituídos, numa *optiké* foucaultiana.

O registro do simbólico está associado ao encadeamento de significantes do inconsciente que se estrutura enquanto uma linguagem, permitindo ao falante “mediatizar o encontro com o não-senso do real” (Jorge, 2011). Já o imaginário está associado à ordem libidinal e ao domínio da fantasia. Para Lacan, o eu seria da ordem do imaginário e do sentido, enquanto o sujeito estaria partilhado entre os significantes do simbólico. Assim a falta que constitui o objeto da pulsão é a mesma que constitui o núcleo real do inconsciente, sendo precisamente através desta órbita, assinalada pela falta, que o inconsciente se estrutura no simbólico enquanto linguagem (Jorge, 2011).

A reinterpretação da obra de Lacan por Badiou (2012), renegociando as categorias da tripartição R-S-I, a partir de uma releitura do conceito de ideia em Platão (*eidos* ou *idéa*, mais precisamente a ideia do bem, não apenas associada às verdades políticas, outrossim, relacionando-se à uma verdade qualquer)<sup>10</sup>, vincula os registros do real às verdades políticas (estendendo-se às verdades de modo geral) ou à “ordem do evento”, do simbólico ao

---

<sup>10</sup> A reinterpretação por Badiou (2012) do conceito platônico de ideia fá-lo nominar tal categoria como uma totalização abstrata dos três elementos primitivos: um processo de verdade, um pertencimento histórico e uma subjetivação individual. Sua definição formal então seria a subjetivação de uma relação entre a singularidade de um processo de verdade e uma representação da História. No caso peculiar, onde ele discorre sobre a ideia de comunismo, Alain afirma ser a ideia, uma possibilidade do indivíduo compreender a sua participação num processo político singular (sua entrada num *corpus* de verdade), como também, numa dada maneira de ver uma decisão histórica. Com a ideia, o indivíduo enquanto elemento do novo Sujeito realiza seu pertencimento no movimento da História.

componente histórico e do imaginário à ideologia, repensando a hipótese comunista nas sociedades ocidentais contemporâneas, ou seja, *comment construire* um devir comunista nas psiquês e nas realidades socioeconômica, histórica e cultural nessas sociedades. Para ele, a "ideia comunista" seria uma operação imaginária, pela qual uma subjetivação individual projeta um fragmento do real-político na narração simbólica de uma história, sendo nesse sentido judicioso dizer que a ideia é ideológica<sup>11</sup>.

Enfocando o “conceito de evento” de Badiou (1996), no “campo político”, constatamos que o mesmo é considerado uma singularidade forte, um acontecimento pleno de esperanças e bons auspícios, “uma revolução” e até mesmo um “devir” (Deleuze e Guattari, 2008). Conseqüentemente, levando uma situação à existência real-política; a asserção da possibilidade de existência d’algum fato outrora inexistente ou que apresenta um valor de existência nulo, existir ou angariar um valor de existência positiva.

Ele também denomina “evento”, a uma ruptura na disposição normal dos corpos e das linguagens, tal como existem, para uma situação ou, como aparece num mundo particular<sup>12</sup>. Para ele, um evento não é a realização de uma possibilidade interna à situação ou dependente das leis transcendentais do mundo, mas a criação de novas possibilidades, situando-se, não simplesmente no nível das possibilidades objetivas, mas na possibilidade dos possíveis. Em relação à situação ou ao mundo, um evento abre a possibilidade daquilo que, do *stricto* ponto de vista da composição dessa situação ou da legalidade desse mundo, é propriamente impossível.

Retomando Lacan, temos a equação “real = impossível”, onde vemos de imediato, a dimensão intrinsecamente real do evento. Desse modo, poderíamos dizer também que um evento é um advento do real, enquanto possível futuro dele mesmo. Se o tempo não tem relação com a verdade, então o futuro admite um infinito de verdades. Admitindo desta forma, a possibilidade de uma vida, uma existência e de um tempo pleno de sentidos e

---

<sup>11</sup> Assim para um indivíduo, uma ideia seria a operação subjetiva pela qual uma verdade real particular é imaginariamente projetada no movimento simbólico de uma História, logo uma ideia apresentaria tal verdade como se ela fosse um fato. Portanto a ideia apresenta certos fatos como símbolos do real da verdade. Conseqüentemente, a ideia é uma mediação operatória entre o real e o simbólico, apresentando sempre ao indivíduo algo que se situa entre o evento e o fato.

<sup>12</sup> Ainda segundo Badiou (1996), um evento pode “devir” (Deleuze e Guattari, 2008) em quatro âmbitos da vida social, ou seja, nas esferas do amor, das ciências, das artes e do real-político.

significados. O evento também não tem relação com o saber, numa ótica foucaultiana. Ele é imprevisível pelo saber, produzindo furos no mesmo. Mediante as informações até agora apresentadas, conjecturamos a assunção do racismo no Brasil, como um “falso evento” (associado a um “falso genérico”) no campo político brasileiro.

A partir da conjunção entre essa relação patenteada e o arcabouço teórico-analítico conceitual apresentado, salientamos uma conjectura acerca do racismo presentificado na consciência coletiva (fato social durkheimiano) da sociedade brasileira que atravessando as esferas social, política, econômica, histórica e cultural; faz-nos refletir sobre a colonização da dimensão psicoafetiva e a inscrição nos registros do real-simbólico-imaginário, navegando o mar bravio dos afetos e cruzando a natureza selvagem dos sentimentos, através do autoritarismo afetivo e das fantasias absolutistas de poder tomista, promovendo reedições do racismo sob outras várias formas (e conteúdos) e conseqüentemente a sua permanência de longa duração na nossa sociedade, hipótese esta que, doravante poderá ser desenvolvida em Programa de Pós-Graduação, possivelmente no campo dos Estudos Literários.

Reflexionamos que estas atualizações do racismo na vida social brasileira prejudicam os grupos sociais e as populações negras, portanto, constituindo-se um óbice à produção e à *promotione* de políticas sociais afirmativas, estorvando o reconhecimento pleno do negro, enquanto sujeito de direitos nas suas singularidades, multiplicidades, diversidades, logo não contribuindo para a repartição dos bens simbólicos e a valoração do patrimônio étnico, simbólico, histórico, político e psicoafetivo da matriz negra, promovendo o aprimoramento das instituições sociais, a democratização do regime político e a justiça social.

Através desta investigação realizada e cogitada sobre a realidade social das escolas públicas da Grande Vitória, propusemos repensar o racismo na sociedade brasileira, a partir de uma *epistème* complexa, ou seja, transbordando essa questão sobre os vários campos e dimensões da produção do conhecimento teórico, filosófico, acadêmico, científico, num “jogo de escalas do macro ao micro e vice-versa” (Revel, 1998), construindo suposições acerca de uma interpretação do racismo, inclusive sob a lógica dos afetos.

## 5. Considerações finais

O estudo focalizado nesta pesquisa realizou uma antropossociologia das relações étnicorraciais no âmbito das escolas públicas da região metropolitana da Grande Vitória, a partir de um estudo de caso feito no colégio Almirante Barroso, situado em Goiabeiras, Vitória/ES. Percebemos que a construção do negro nas representações sociais no seio das escolas públicas dessa região, apresenta-se atravessada por atributos negativos e essencialismos, influenciando no ordenamento das relações étnicorraciais cotidianas, logo na autoestima, pensamentos, sentimentos, compreensões de mundo (cosmologias), perspectivas de vida e construções identitárias dos estudantes negros.

Basicamente interpretamos e analisamos os conteúdos das formas simbólicas das representações sociais, presentes na ordem dos discursos, colhidas através das observações etnográficas de campo nas salas de aulas, pátios institucionais, mediante entrevistas informais e questionários semiestruturados aplicados. Ademais, apropriamo-nos dessas informações para elaborar reflexões sobre a construção e institucionalização do racismo na sociedade brasileira, sensibilizados por um *approach* teórico e metodológico, orientado pela hermenêutica de profundidade, o indiciarismo, o paradigma da complexidade, a filosofia da diferença, a hermenêutica marxista e a psicanálise, na construção do conhecimento.

## 6. Referências

BADIOU, A. (2012). *A hipótese comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial.

\_\_\_\_\_. (1996). *O ser e o evento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ.

CARVALHO, J. J. (2005-2006). "O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro". *Revista USP*, São Paulo, n.68, pp.88-103, dez./fev.

CERQUEIRA FILHO, G. (2005). *Autoritarismo afetivo: a Prússia como sentimento*. São Paulo: Escuta.

- COELHO, C. M. (2007). ***Gilberto Freyre: indiciarismo, emoção e política na casa-grande e na senzala***. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas. CCHN-UFES. Vitória.
- DELEUZE, G. GUATTARI, F. (2008). ***Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia***. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34.
- FREUD, S. (1996). ***Os chistes e a sua relação com o inconsciente***. vol. 8, Rio de Janeiro: Imago.
- GEERTZ, C. (1989). ***A Interpretação das culturas***. Rio de Janeiro: Guababara Koogan.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. (1982). ***Lugar de negro***. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- GUERREIRO RAMOS, A. (1957). ***Introdução crítica à sociologia brasileira***. Rio de Janeiro: Andes.
- HASENBALG, C. (2005). ***Discriminação e desigualdades raciais no Brasil***. São Paulo: Ed. Humanitas.
- JORGE, M. A. C. (2011). ***Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan. As bases conceituais***. Vol. 1, 6ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- LACAN, J. (1995). ***O Seminário, livro 4: a relação de objeto***. Rio de Janeiro: Zahar.
- MOSCOVICI, S. (2004). ***Representações sociais: investigações em psicologia social***. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.
- NOGUEIRA, Oracy. (1985). ***Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais***. São Paulo: T. A. Queiroz.
- REVEL, J. (1998). ***Jogos de escalas: a experiência da microanálise***. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- RODRIGUES, M. B. F. (2009). "A fantasia na política: sofrimento e culpa na contingência imprevisível do desejo". ***Passagens***. Rio de Janeiro, vol.1, n.1, pp.55-78.



SANSONE, L. (1996). “Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda”. *Afro-Ásia*, Salvador, n.18. pp.165-187.

SANTOS, B. S. (2002). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SILVA, N. do V. (1994). “Uma nota sobre ‘raça social’ no Brasil”. *Estudos afro-asiáticos*. Rio de Janeiro, n.26, pp.67-68, set.

THOMPSON, J. B. (2011). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.